

IDENTIDADES INVISÍVEIS? O DILEMA DA (IN)VISIBILIDADE ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO TRANS

Alberto Luis Araújo Silva Filho

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail:* alberto.filho@ipea.gov.br.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8180-7812>.

Filipe Matheus Silva Cavalcanti

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* filipe.cavalcanti@ipea.gov.br.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5661-4333>.

Felipe Vella Pateo

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* felipe.pateo@ipea.gov.br.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0754-2051>.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3169-port>

Este texto para discussão aborda o dilema da invisibilidade estatística da população trans no Brasil, problematizando como a ausência ou a precariedade de dados governamentais compromete tanto o reconhecimento populacional quanto a cidadania desse grupo. A análise parte de uma reflexão teórica sobre o papel do Estado na constituição das populações, destacando que os mecanismos de contagem e classificação são igualmente mecanismos de poder. Ao nomear ou não determinados grupos, o Estado define quem é reconhecido como parte da sua esfera de atenção e quem permanece à margem. Nesse sentido, esse processo possui implicações no acesso a direitos e políticas públicas; não constituindo apenas exclusão simbólica, mas material, tendo em vista as suas consequências do ponto de vista distributivo.

O texto recupera ainda a trajetória das políticas públicas voltadas à população trans, desde os anos 1980, com protagonismo do campo da saúde e das organizações não governamentais (as quais têm protagonizado, há décadas, a coleta e sistematização de dados sobre pessoas trans e pessoas LGBTQIA+ como um todo no país), até os avanços institucionais ocorridos a partir dos anos 2000, a exemplo do programa

Brasil Sem Homofobia, a realização da I Conferência Nacional GLBT em 2008 e a regulamentação do Processo Transexualizador no SUS, também em 2008. Embora tais medidas tenham aberto espaço para maior reconhecimento desse segmento, a falta de dados consistentes e comparáveis, bem como a sua não inserção em levantamentos censitários, comprometera o alcance e o monitoramento das medidas instituídas pelo Executivo federal. Aponta-se também que essa invisibilidade estatística parcial dialoga com parâmetros normativos de gênero e sexualidade, os quais opõem pessoas cis ou cisgênero, que se situariam no campo da normalidade, a pessoas trans, ainda entendidas por segmentos sociais específicos no campo do patológico. As definições e ramificações da população trans são igualmente apresentadas no trabalho.

No plano empírico, a investigação realizou cinco entrevistas semiestruturadas com gestoras governamentais e ativistas da sociedade civil. As entrevistadas apontaram preocupações centrais em torno da dispersão e ausência de dados, das barreiras metodológicas à coleta de informações, das limitações à identificação do perfil populacional via nome social – campo de preenchimento

SUMEX

recorrente em registros administrativos – e da demanda pela adoção de metodologias de pesquisa inclusivas. As falas das atrizes também evidenciaram como a carência de dados limita a reivindicação (no orçamento e no planejamento) e a implementação de políticas públicas, ao dificultar o diagnóstico de necessidades e a mensuração de demandas e resultados. Ademais, foi ressaltado que, sem reconhecimento nos sistemas de informação, a população trans continuará a enfrentar entraves cotidianos, como os que se dão no acesso a exames e procedimentos específicos nas instituições do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em suma, o trabalho indica que construir visibilidade estatística é também construir cidadania. A incorporação de variáveis de identidade de gênero nas bases de dados federais, a promoção da capacitação de agentes de coleta, a proteção contra discriminação dos sujeitos contatados pelos órgãos oficiais e a padronização metodológica são passos que permitirão a transformação da presença informacional fragmentada, na forma de rastros ou vestígios, em reconhecimento populacional ampliado. Dessa forma, pode-se ler os processos de quantificação que desembocam nas estatísticas como processos de exposição de realidades socioeconômicas marcadas por múltiplas reivindicações emergentes.